



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS
SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS

TERMO DE REFERÊNCIA

I - OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “a” da Lei 14.133/2021)

Serviço continuado de controle e combate a vetores e pragas urbanas, compreendendo ações de desinsetização, desratização, descupinização e monitoramento, nos imóveis utilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro situados nas Regiões Norte e Centro/Norte do Estado do Rio de Janeiro, pelo período de vinte e quatro (24) meses conforme especificações, condições, quantidades e requisitos constantes do presente Termo de Referência.

ITEM ÚNICO - REGIÕES NORTE E CENTRO/NORTE (vide municípios no subitem 5.4.8.1)					
SERVIÇOS/AÇÕES	CATSER	PERIODICIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE	ÁREA TOTAL MÁXIMA ESTIMADA (m²)
Desinsetização, desratização e descupinização (Aplicação e Monitoramento)	3417	Mensal	24 (vinte e quatro) meses	Metro quadrado (m²)	5.927 (cinco mil, novecentos e vinte e sete)

Observação: A "Área Total Máxima Estimada (m²)" equivale ao somatório das áreas individuais de todos os imóveis atualmente utilizados pelo TRE/RJ nas respectivas regiões que integram o Item Único, acrescido do percentual estimado para eventuais alterações imobiliárias (acréscimos) no decorrer da vigência contratual, conforme subitens 5.3 e 5.4 deste Termo de Referência.

II - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “b” da Lei 14.133/2021)

Conforme descrito nos Estudos Técnicos Preliminares (documento SEI 4856350), aprovados em 04/03/2026 pelo Secretário de Manutenção e Serviços, Fulvio Coelho Fonseca, por meio do despacho 4865433.

III - DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DA SOLUÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “c”, da Lei 14.133/2021)

3.1 - O objeto da presente contratação compreende o controle e combate a pragas e vetores, por meio da realização dos seguintes serviços e ações, conforme especificações, condições, quantidades e exigências constantes do presente Termo de Referência:

3.1.1 - Desinsetização: Controle e combate a todos os tipos de insetos, tais como: baratas, besouros, formigas, gafanhotos, marimbondos, vespas, moscas, mosquitos, percevejos, pulgas, traças, etc. Para efeito da presente contratação está incluído neste tipo de serviço o combate aos aracnídeos (aranhas, carrapatos, escorpiões etc), bem como aos moluscos terrestres (caracóis africanos e lesmas);

3.1.2 - Descupinização: Controle e combate a cupins de madeira seca, cupins subterrâneos ou de solo, carunchos e brocas;

3.1.3 - Desratização: Controle e combate a roedores em geral (ratos, ratazanas, camundongos etc); e

3.1.4 - Monitoramento: Conjunto de ações de inspeção visual com acompanhamento contínuo das infestações e conscientização dos usuários dos imóveis acerca de práticas e comportamentos favoráveis e desfavoráveis ao desenvolvimento de novas infestações. A inspeção abrange a avaliação presencial dos locais por parte da empresa contratada, e deverá contemplar estruturas edificadas, entornos, pontos propícios ao acesso, desenvolvimento e instalação de vetores e pragas. O monitoramento também inclui a verificação e acompanhamento dos pontos de aplicação de produtos, iscas, armadilhas, barreiras, etc e todas as intervenções que se façam necessárias em virtude de constatação por meio do próprio monitoramento.

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “d”, da Lei 14.133/2021)

4.1 - Os serviços são considerados de natureza continuada.

Os serviços são considerados de natureza continuada, permanentemente necessários à Instituição para o bom desempenho de suas atribuições. A inexistência da prestação deste tipo de serviço poderá comprometer as atividades deste Tribunal, na forma de riscos à saúde de magistrados, servidores e jurisdicionados, bem como à preservação do patrimônio público.

4.2 - Os serviços são considerados comuns, eis que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

4.3 - Os serviços não serão prestados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

4.4 - Os serviços não serão prestados sob demanda.

4.5 - A contratação não se dará pelo sistema especial de registro de preços.

4.6 - A contratada deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente a referente à Segurança e Medicina do Trabalho, aos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas de segurança da contratante.

4.6.1 - Normativos e Legislação que disciplinam a contratação:

4.6.1.1 - Lei nº. 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos.

4.6.1.2 - Instrução Normativa nº. 08/2019 da Presidência do TRE-RJ - disciplina os procedimentos relativos à pesquisa de mercado a ser realizada no âmbito da contratação de serviços em geral deste Tribunal.

4.6.1.3 - Lei Estadual/RJ nº. 7.806/2017;

4.6.1.4 - RDC ANVISA nº. 622/2022;

4.6.1.5 - Guia de inclusão de critérios sustentáveis para contratações do TRE/RJ, instituído pelo Ato GP nº. 224/2015, em especial no que se refere ao subitem 4.14;

4.6.1.6 - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP);

4.6.1.7 - Portaria nº. 10/85 e suas atualizações, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde;

4.6.1.8 - Decreto-Lei nº 230/75, regulamentado pelo Decreto 480/1975 do Governo do Estado do Rio de Janeiro;

4.6.1.9 - Lei nº. 12.305/2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.6.1.10 - Norma Regulamentadora nº. 6 do Ministério do Trabalho e Emprego;

4.6.1.11 - Lei nº. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

4.6.1.12 - Resolução TSE nº. 23.650/2021, institui a política geral de privacidade e proteção de dados pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral.

4.6.1.13 - Resolução TSE nº. 23.702/2022, dispõe sobre a Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral

4.7 – Vistoria prévia dos imóveis:

4.7.1 - As empresas interessadas poderão realizar vistoria nos imóveis, no horário do expediente regular, mediante agendamento prévio com a Seção de Administração de Edifícios (SEAEDI), situada na Rua da Alfândega, 41, 9º andar, Centro, telefones: (21) 3436-8205 e 3436-8206, e-mail: seaedi@tre-rj.jus.br.

4.7.2 - A empresa que não vistoriar os imóveis assumirá todo o ônus referente ao desconhecimento de informações passíveis de serem adquiridas a partir dessa visita, ficando ciente de que não poderá alegar qualquer falta de informação posterior para a realização efetiva do serviço.

4.7.3 - O licitante vencedor deverá apresentar declaração atestando possuir pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

4.8 – Habilitação Técnica:

Para fins de comprovação da qualificação técnica, o licitante vencedor deverá apresentar:

4.8.1 - Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante tenha executado serviços compatíveis com o objeto da licitação.

4.8.1.1 - Os atestados deverão comprovar que a empresa licitante tenha executado serviços compatíveis com os especificados neste Termo de Referência minimamente em 50% da área total estimada (2.963,5 m²) ou 50% da quantidade de imóveis (14 imóveis) que compõem o respectivo item, conforme subitem 5.3.1.

4.8.1.2 - Será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

4.8.1.3 - Será aceito, para comprovação do quantitativo mínimo, o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

4.8.1.4 - O pregoeiro poderá solicitar, relativamente aos atestados de capacidade técnica apresentados pela licitante, a apresentação das respectivas Notas Fiscais e dos Comprovantes de Execução dos Serviços (CES), cuja obrigatoriedade é imposta por meio da Resolução ANVISA RDC nº. 622/2022.

4.8.1.5 - Os licitantes deverão disponibilizar, mediante exigência por parte do pregoeiro, todas as informações e documentos necessários à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

4.8.2 - Licença ou certificado ambiental, que deverá ser expedido pelo INEA – Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro;

4.8.3 - Licença ou certificado sanitário válido, expedido pela autoridade sanitária competente do município em que está estabelecida a empresa licitante ou, no caso da inexistência de autoridade sanitária local, pela autoridade sanitária competente do estado do Rio de Janeiro;

4.8.3.1 - Quando não for comprovadamente possível obter o certificado ou licença sanitária perante autoridade competente da localidade do licitante ou do Estado do Rio de Janeiro, o licitante deverá apresentar declaração que informe tal situação, podendo o pregoeiro realizar diligências que confirmem a veracidade das informações.

4.8.4 - Registro/inscrição da empresa junto ao conselho profissional correspondente do seu responsável técnico, em vigor.

4.8.5 - Carteira de identidade profissional do responsável técnico expedida pelo respectivo conselho profissional e comprovante de regularidade da respectiva inscrição.

4.9 - **Habilitação Econômico-Financeira:**

Para fins de comprovação da aptidão econômico-financeira, o licitante vencedor deverá apresentar:

4.9.1 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

4.9.2 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, que comprovem:

4.9.2.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) ou, alternativamente, Patrimônio Líquido de 10 % do valor estimado da contratação;

4.9.2.2 - Fórmula dos índices contábeis:

4.9.2.2.1 - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

4.9.2.2.2 - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

4.9.2.2.3 - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)

4.9.2.3 - Deverá ser apresentada declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices acima exigidos.

4.9.3 - Os requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira definidos neste Termo de Referência visam resguardar o cumprimento das obrigações decorrentes da futura contratação, em atendimento ao disposto nos arts. 67 e 69 da Lei nº. 14.133/2021 e às recomendações constantes no Acórdão TCU nº. 1214/2013 - Plenário.

4.10 - **Unidade de Medida:** metro quadrado (m²).

4.11 - **Obrigações da Contratada:**

4.11.1 - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

4.11.2 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas durante o processo licitatório, bem como com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

4.11.3 - Assumir todas as responsabilidades relativas aos seus empregados e tomar as medidas necessárias ao atendimento daqueles porventura acidentados ou acometidos de mal súbito.

4.11.4 - Fornecer todo o material e equipamentos necessários à execução dos serviços, inclusive os de proteção individual (EPI) para os funcionários.

4.11.5 - Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da contratante.

4.11.6 - Observar conduta adequada na utilização dos materiais e equipamentos durante a prestação dos serviços, obedecendo rigorosamente às normas e códigos aplicáveis ao serviço.

4.11.7 - Providenciar a limpeza dos locais, após a realização dos serviços, restabelecendo suas condições prévias.

4.11.8 - As especificações da ABNT serão consideradas como elemento base para a análise dos serviços, bem como dos materiais e equipamentos envolvidos.

4.11.9 - Nos casos omissos deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações, normas e regulamentos de órgãos/entidades internacionais reconhecidos como referência técnica.

4.11.10 - São de responsabilidade da contratada todos os impostos, taxas, licenças e registros em órgãos públicos municipais, estaduais ou federais que se fizerem necessários.

4.11.11 - Fica vedada a transferência de qualquer responsabilidade da contratada para terceiros ou outros profissionais ou ainda a subcontratação do serviço.

4.11.12 - Não divulgar ou fornecer dados ou informações obtidas em razão deste contrato, e nem utilizar o nome do TRE/RJ para fins comerciais, campanhas ou material de publicidade, salvo quando houver autorização prévia.

4.11.13 - Autorizar à Contratante o acesso a dados pessoais dos representantes da Contratada, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, para a execução do serviço objeto, em atendimento ao disposto na Lei nº. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e Resolução TSE nº. 23.650/2021.

4.11.14 - Comunicar à Contratante, em até vinte e quatro (24) horas, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

4.11.15 - Devem ser observadas ainda as obrigações constantes do subitem 6.3.1.

4.12 - Obrigações da Contratante:

4.12.1 - Exercer a fiscalização dos serviços por meio de servidores especialmente designados.

4.12.2 - Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre seu bom desempenho.

4.12.3 - Permitir o acesso dos empregados da contratada, quando necessário, para a execução dos serviços.

4.12.4 - Comunicar à contratada as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços.

4.13 - Obrigações Comuns das Partes:

4.13.1 - As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e da Resolução TSE nº. 23.650/2021 e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito de proteção de dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

4.13.2 - As partes se comprometem a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações - em especial dos dados pessoais e dados sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na LGPD e na Resolução TSE nº. 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do Aviso de Dispensa Eletrônica/instrumento contratual.

4.13.3 - As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução contratual, por inobservância da LGPD e da Resolução TSE nº. 23.650/2021.

4.14 - Critérios de Sustentabilidade aplicáveis à Contratada:

A contratada deve observar as orientações e recomendações contidas no item 38 do Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis para Contratações no âmbito deste Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, instituído pelo Ato GP nº. 224/2015:

4.14.1 - Executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC Anvisa nº 622/2022, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos.

4.14.2 - Efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos utilizados, comprovando a destinação final ambientalmente adequada, quando solicitado pela fiscalização do contrato, nos termos da Lei nº. 12.305/10.

4.14.3 - Os produtos utilizados pela contratada deverão obrigatoriamente ter as seguintes características:

4.14.3.1 - Não causarem manchas.

4.14.3.2 - Serem antialérgicos.

4.14.3.3 - Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação.

4.14.3.4 - Serem inofensivos à saúde humana.

4.14.3.5 - Serem permitidos pela Portaria nº. 10/85 e suas atualizações, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

4.14.3.6 - Não serem nocivos às plantas e peixes, no caso de aplicação nos espelhos d'água para combate às larvas diversas.

4.14.3.7 - Não serem nocivos às plantas, no caso de aplicação nos canteiros, árvores e gramados.

4.14.4 - Os produtos utilizados deverão, também, ser devidamente licenciados pela entidade sanitária pública competente e, nas situações em que couber, apresentarem a inscrição e regularidade do fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras.

V - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “e”, da Lei 14.133/2021)

5.1 - Duração do contrato, período de vigência e início da execução dos serviços:

5.1.1 - O prazo de vigência contratual será de 24 (vinte e quatro) meses, com início previsto para 01/09/2026 e término previsto para 31/08/2028, podendo o mesmo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do artigo 107 da Lei nº. 14.133/2021.

5.1.2 - Caso não seja possível dar início à vigência conforme previsão disposta no item 5.1.1, esta deverá obrigatoriamente iniciar no primeiro dia útil do mês subsequente ao da homologação do certame, de forma a tornar mais inteligíveis e viáveis a logística de execução dos serviços, por parte da contratada e a definição dos ciclos mensais de monitoramento e das ações de gestão e fiscalização contratuais, por parte da contratante.

5.1.3 - Independentemente da data de assinatura e/ou início de vigência do contrato, fica estabelecido que sua execução se dará, obrigatoriamente, em 24 (vinte e quatro) ciclos mensais.

5.1.4 - Entre a assinatura do contrato e o início de sua vigência recomenda-se um intervalo de dez (10) a quinze (15) dias, de forma a possibilitar a adoção de providências referentes à sua implementação.

5.1.5 - Não haverá cronograma para implantação gradual do serviço, considerando que a totalidade de unidades imobiliárias deverão ser contempladas já no primeiro mês de execução.

5.2 – Execução dos Serviços:

5.2.1 - A contratada deverá realizar obrigatória e minimamente 4 (quatro) aplicações no período de vigência contratual, com intervalo de 6 (seis) meses entre elas, sendo a primeira aplicação no primeiro mês, a segunda no sétimo mês, a terceira no décimo terceiro mês e a quarta no décimo nono mês. As aplicações deverão contemplar os serviços corretivos e/ou preventivos de desinsetização, descupinização e desratização, conforme descritos no item III.

5.2.2 - Os serviços da primeira aplicação obrigatória serão executados pela contratada obedecendo prévio cronograma que será apresentado à fiscalização da contratante em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, a qual iniciará as providências para o agendamento das datas junto às unidades.

5.2.3 - As demais aplicações obrigatórias serão precedidas de novos cronogramas, que deverão ser apresentados pela contratada até o dia 20 do mês anterior ao da execução. O cronograma será enviado para a fiscalização do contrato, a qual procederá junto às unidades contempladas o agendamento das datas para a execução dos serviços.

5.2.4 - O monitoramento mensal será obrigatoriamente realizado em todos os 24 (vinte e quatro) meses de vigência contratual, com a presença física dos funcionários da contratada, abrangerá a totalidade dos imóveis e também será precedido de cronograma mensal de vistoria, o qual deverá ser apresentado para o fiscal do contrato até o dia 20 do mês anterior ao da execução, no intuito de possibilitar o agendamento junto às diversas unidades.

5.2.4.1. Durante as etapas de monitoramento, verificada a necessidade de intervenções e aplicações para o combate e controle de pragas e vetores, deverá a contratada adotar as ações pontuais necessárias e tecnicamente adequadas a cada caso, preferencialmente na mesma ocasião da constatação, sem qualquer ônus adicional para a contratante.

5.2.4.2. Nos primeiro, sétimo, décimo terceiro e décimo nono meses de vigência, a contratada poderá elaborar cronograma único contemplando a aplicação obrigatória e o monitoramento, considerando que as duas ações podem ser executadas conjunta e concomitantemente, em visita única a cada um dos locais.

5.2.5 - Na elaboração e análise dos cronogramas deverá ser observado o que consta no item 5.5.

5.2.6 - A contratada executará cada etapa dos serviços fixados nos cronogramas aprovados pela fiscalização, devendo iniciar e concluir as respectivas ações dentro do mês de referência.

5.2.7 - A contratada poderá solicitar, por escrito e justificadamente, a alteração do cronograma, desde que respeitado o prazo de execução definido no item anterior e com antecedência suficiente para análise por parte da fiscalização do contrato.

5.2.8 - O pedido de alteração será analisado livremente pela fiscalização do contrato, podendo ser deferido ou negado em conformidade com as necessidades da Administração.

5.2.9 - A contratada efetuará um combate eficaz para prevenção e extermínio completo das pragas, devendo utilizar o melhor e mais adequado tratamento disponível no mercado, de acordo com o tipo de infestação em cada área.

5.2.10 - Todos os serviços deverão abranger as áreas internas e externas em sua totalidade, tais como edículas, salas, escritórios, auditórios, arquivos, almoxarifados, depósitos (inclusive de urnas), forros, porões, sótãos, assoalhos, mezaninos, lajes, madeiras em geral, madeiramento do telhado, portais, beirais,

janelas, mobiliário, vãos, ralos, bueiros, subsolo, quintais, jardins, canteiros, estacionamentos e demais locais infestados ou não, atuando a empresa de forma corretiva e preventiva, tendo o cuidado especialmente com os quadros de luz e fiação para não provocar incêndio e com os reservatórios de água para evitar contaminação.

5.2.11 - Nas hipóteses de infestação por cupins, a contratada deverá executar obrigatoriamente ação eficaz de combate à praga, consistente nos seguintes procedimentos:

5.2.11.1 - Para os cupins de madeira seca a empresa deverá aplicar injeções e/ou pulverizações de inseticida líquido em móveis e madeiramento das unidades administrativas ou eleitorais, como portas, janelas, esquadrias, telhado, forro, piso etc;

5.2.11.2 - Para cupins subterrâneos (de solo) a empresa deverá utilizar sistema de iscagem ou aplicar barreira química (cinturão) ao redor da edificação ou área, ou, ainda, utilizar técnica comprovadamente mais eficiente.

5.2.11.3 - A presente contratação contempla também o controle e combate às infestações em ambientes destinados à guarda e armazenamento de materiais, documentos e afins (processos, papel, papelão, etc), no entanto não compreende a aplicação de produtos diretamente nos documentos e papéis, considerando a probabilidade de danos aos mesmos e por não se tratar de contratação específica para atender tal demanda, que deve ser suprida no âmbito da gestão documental.

5.2.11.4 - Qualquer tipo de intervenção que implique na perfuração de mobiliário, madeiramento, alvenaria, etc, conforme previsto nos subitens anteriores, deverá ser precedida de autorização do chefe da unidade detentora do bem e/ou do fiscal do contrato.

5.2.11.5 - Todo e qualquer mobiliário ou documento que necessite de tratamento externo, a critério da contratada, somente poderá ser retirado das dependências do TRE/RJ após a autorização do servidor responsável pela guarda do respectivo bem ou documento e da fiscalização do contrato. Nesses casos, a operação de retirada e devolução, bem como os custos envolvidos, correrão por conta da contratada.

5.2.12 - Os produtos raticidas, preferencialmente em blocos ou alternativamente granulados, quando tecnicamente recomendado, deverão ser dispostos em dispositivos apropriados, do tipo “porta iscas”, sendo terminantemente vedada sua utilização em embalagens inadequadas ou espalhados nos ambientes dos imóveis, seja nas áreas internas ou externas, visando à proteção e preservação da saúde humana e de outros animais.

5.2.12.1 - Os dispositivos "porta iscas" deverão ser utilizados em todos os imóveis, na quantidade e distribuição tecnicamente adequadas, excetuando-se as hipóteses de contraindicação técnica, devidamente justificada pela contratada.

5.2.12.2 - Quando não for possível ou justificadamente não indicada a utilização do “porta iscas”, nos casos da necessidade de colocação dos produtos em ralos, bueiros, shafts, dutos, vãos e similares, poderão os blocos ser afixados por meio de abraçadeiras de nylon ou arame, desde que não ofereça riscos a pessoas e/ou outros animais.

5.2.13 – Os produtos para combate a insetos em geral, especialmente baratas, quando aplicados em áreas internas de trabalho (escritórios, gabinetes, auditórios, alojamentos etc), copas, cozinhas e similares deverão ser preferencialmente em forma de gel. Quando tratar-se de áreas externas, áreas sem circulação de pessoas e ralos/bueiros, poderão ser utilizados produtos no estado líquido.

5.2.14 - Os funcionários da contratada deverão comparecer ao local designado portando o “Certificado de Execução do Serviço - CES” devidamente preenchido, contendo o endereço da unidade, data e horário de entrada e saída, identificação e quantidade/volume dos produtos utilizados, dentre outras informações conforme campos do documento. Após a conclusão dos serviços, o documento deverá ser datado, assinado e carimbado pelo chefe da unidade. Na ausência do chefe, o documento deverá ser assinado e carimbado por seu substituto e, em último caso, por outro servidor lotado na unidade.

5.2.15 - A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança adequados e necessários para a execução dos serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº. 6 do Ministério do Trabalho e Emprego, exercendo a fiscalização sobre sua utilização.

5.2.16 - A comunicação entre as partes será realizada preferencialmente por correio eletrônico. Não sendo possível a comunicação por correio eletrônico, essa poderá ser realizada por meio de contato telefônico, aplicativo de mensagens ou pessoalmente.

5.3 - Locais de realização dos serviços:

Os serviços serão inicialmente prestados nos seguintes locais, sempre de forma presencial, sujeitos às alterações imobiliárias previstas no subitem 5.4:

5.3.1 - ITEM ÚNICO - REGIÕES NORTE E CENTRO/NORTE (imóveis atualmente em uso):

ITEM	LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE IMOBILIÁRIA	ENDEREÇO	ÁREA (m²)
1	BOM JARDIM	42ª ZE	Rua Nilo Peçanha, 347, Centro, Bom Jardim/RJ	90
2	BOM JESUS DO ITABAPOANA	95ª ZE	Rua Expedicionário Paulo Moreira, 67, 1º pavimento, antigo Fórum, Centro, Bom Jesus do Itabapoana/RJ	212
3	CACHOEIRAS DE MACACU	49ª ZE	Rua Dalmo Coelho Gomes, 1, 3º pavimento, Edifício do Fórum, Betel, Cachoeiras de Macacu/RJ	111
4	CAMBUCI	97ª ZE	Rua Maria Jacob, 134, anexo, bloco 3, Edifício do Fórum, Centro, Cambuci/RJ	60
5	CAMPOS DOS GOYTACAZES	75ª, 76ª, 98ª e 129ª ZEs	Avenida Dr. Alberto Torres, 81 esquina com Avenida Hélio Póvoa, 44, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ	1788
6	CANTAGALO	101ª ZE	Rua Olívia Teixeira da Silva, 85, Centro, Cantagalo/RJ	85
7	CARMO	102ª ZE	Rua Abreu Magalhães, 236, loja, Centro, Carmo/RJ	213
8	CONCEIÇÃO DE MACABU	51ª ZE	Rua Fued Antonio, 8, anexo ao Edifício do Fórum, Centro,	58

			Conceição de Macabu/RJ	
9	CORDEIRO	52ª ZE	Av. Raul Veiga, 157, Edifício do Fórum, Centro	37
10	GUAPIMIRIM	149ª ZE	Estrada do Bananal, 2336, lojas 1 e 2, Bananal, Guapimirim/RJ	89
11	ITALVA	141ª ZE	Rua Aristides Gonçalves de Souza, 74, térreo, lojas 1 e 2, São Caetano, Italva/RJ	76
12	ITAOCARA	106ª ZE	Rua Joaquim Soares Monteiro (Rua Amaro) nº200, 2º pavimento, Edifício do Fórum, Jardim D'Aldeia, Itaocara/RJ	147
13	ITAPERUNA	107ª ZE	Av. Cardoso Moreira, 485, fundos, Centro, Itaperuna/RJ	436
14	MIRACEMA	112ª ZE	Av. Deputado Luiz Fernando Linhares, 1020, 3º pavimento, Edifício do Fórum, Boa Vista	173
15	NATIVIDADE	43ª ZE	Rua Vigário João Batista, 14, Edifício do Fórum, Centro, Natividade/RJ	84
16	NOVA FRIBURGO	26ª e 222ª ZEs	Praça Getúlio Vargas, 89/95 (antigo Fórum), Centro, Nova Friburgo/RJ	184
17	PETRÓPOLIS	65ª ZE	Estrada União e Indústria, 11860/11960, salas 4, 8 e depósito, Itaipava, Petrópolis/RJ	104
18	PETRÓPOLIS	29ª ZE	Av. Barão do Rio Branco, 2001, 1º pavimento, Edifício do Fórum, Centro, Petrópolis/RJ	233
19	PORCIÚNCULA	45ª ZE	Acessos pela Rua Prefeito Sinval Augusto Ferreira da Silva, 151, térreo, loja 03 e Rua Prefeito Sebastião Rodrigues França, 100, Centro, Porciúncula/RJ	59
20	QUISSAMÃ	255ª ZE	Estrada do Correio Imperial, 1003,	56

			Edifício do Fórum, Piteiras	
21	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	34ª ZE	Av. João Jasbick, s/nº, 2º pavimento, Edifício do Fórum, bairro Dezessete, Santo Antônio de Pádua/RJ	103
22	SÃO FIDÉLIS	35ª ZE	Praça da Justiça, s/nº, 2º pavimento, Edifício do Fórum, Centro, São Fidélis/RJ	162
23	SÃO FRANCISCO DO ITABAPOANA	130ª ZE	Rodovia Afonso Celso, s/nº, Edifício do Fórum, Praça dos Três Poderes, Centro, São Francisco do Itabapoana/RJ	55
24	SÃO JOÃO DA BARRA	37ª ZE	Rua São Benedito, 199, 1º e 2º pavimentos, Centro, São João da Barra/RJ	132
25	SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	196ª ZE	Rua Senhor dos Passos, 37, Edifício do Fórum, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ	25
26	SÃO SEBASTIÃO DO ALTO	60ª ZE	Rua João Luiz Daflon, 65, Centro, São Sebastião do Alto/RJ	120
27	SUMIDOURO	64ª ZE	Rua José de Alencar, 1136, lojas 01 e 02, Centro, Sumidouro/RJ	115
28	TERESÓPOLIS	38ª e 195ª ZEs	Rua Carmela Dutra, 678, Agriões, Teresópolis/RJ	381
ÁREA TOTAL ATUAL DOS IMÓVEIS				5.388
MARGEM RESERVADA PARA EVENTUAIS ALTERAÇÕES IMOBILIÁRIAS (ACRÉSCIMOS) PREVISTAS NO ITEM 5.4, equivalente a 10 % da área total atual (com arredondamento relativo à casa decimal)				10% de 5.388 = 539
ÁREA TOTAL MÁXIMA ESTIMADA				5.388 + 539 = <u>5.927 m²</u>

5.4 - Alterações Imobiliárias:

5.4.1 - Durante a vigência contratual poderá haver acréscimo ou decréscimo nas áreas dos imóveis, bem como alteração, exclusão e/ou inclusão de imóveis, permanecendo inalterado o preço do serviço contratado, por metro quadrado, para todas localidades (municípios/bairros) que integram o item único, cujos municípios encontram-se devidamente discriminados no subitem 5.4.8.

5.4.2 - Ocorrendo alteração na área das unidades, bem como a inclusão ou alteração da localização das unidades eleitorais, será efetuada nova medição, com vistas à promoção das adequações necessárias à contratação.

5.4.3 - Na ocorrência das alterações imobiliárias por parte da contratante, a contratada será informada da alteração da área do imóvel, podendo contestar no prazo de cinco (05) dias úteis, contados da data da comunicação. Caso a contratada não apresente a contestação, a medição realizada pela contratante será válida para os fins contratuais.

5.4.4 - Definidas as alterações, a contratada deverá registrar imediatamente os dados referentes à nova situação imobiliária, de forma a adequar o cronograma e a realização dos serviços, a partir do próximo mês de execução.

5.4.5 - A realização de vistoria por parte da contratada, para fins de verificação da área, implicará na obrigatoriedade de apresentação de declaração com a medição apurada pela empresa.

5.4.6 - O não comparecimento da contratada, no dia e horário agendados para a vistoria, implicará na aceitação da medição do imóvel informada pelo TRE/RJ, a qual será utilizada na presente contratação.

5.4.7 - Caso a medição da área do imóvel realizada pela contratada divirja da apurada pela Administração, a empresa será instada a comprovar a metragem quadrada apurada.

5.4.8 - Fica estabelecido, para efeito da presente contratação, que o item único do objeto contratual é denominado "Regiões Norte e Centro/Norte", e é composto pelos seguintes municípios, os quais poderão ou não constar do rol inicial (subitem 5.3.1) ou ainda serem incluídos ou suprimidos durante a vigência contratual, conforme circunstâncias, necessidade e conveniência da contratante, devidamente justificada em função da ocorrência de eventuais alterações imobiliárias ou outras variáveis:

5.4.8.1 - Municípios que integram as Regiões Norte e Centro/Norte (Item Único):

Aperibé, Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Cachoeiras de Macacu, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Carapebus, Cardoso Moreira, Carmo, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Guapimirim, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Macuco, Miracema, Natividade, Nova Friburgo, Petrópolis, Porciúncula, Quissamã, Santa Maria Madalena, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, São José de Ubá, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Moraes e Varre-Sai.

5.4.9 - Para a implementação das eventuais alterações contratuais foi definido o percentual de 10% (dez por cento) da área atualmente ocupada pelos imóveis em uso pelo Contratante nas Regiões Norte e Centro/Norte.

5.4.10 - A nomenclatura e composição das regiões geográficas adotadas é válida exclusivamente para a presente contratação, não se vinculando à divisão geográfica adotada pelo IBGE ou qualquer outra existente ou que venha a ser criada.

5.4.11 - Na eventualidade de as alterações imobiliárias acarretarem em acréscimos quantitativos que ultrapassem a área total máxima contratada para item único do objeto contratual, estas deverão ser objeto de aditamento contratual, respeitados os limites da legislação em vigor.

5.5 – Dias e horários de realização dos serviços:

5.5.1 - Os serviços de monitoramento e os que compreendam a aplicação de produtos inofensivos à saúde humana deverão ser realizados nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente regular das unidades.

5.5.1.1 – O horário regular de expediente e funcionamento das unidades do TRE/RJ é de 11:00 às 19:00 horas, sujeito a eventuais exceções e alterações determinadas pela Administração.

5.5.1.2 – Na elaboração dos cronogramas de execução dos serviços deverão ser observados os feriados, pontos facultativos e recessos nacionais, estaduais, municipais, do Poder Judiciário Federal e do TRE/RJ. Quaisquer dúvidas deverão ser sanadas junto ao fiscal do contrato.

5.5.2 - No interesse da contratante, excepcional e pontualmente poderão ser definidos dias e horários diversos dos acima estipulados, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

5.5.3 - Na hipótese excepcional e devidamente justificada de necessidade e indicação técnica para utilização de produtos que possam ocasionar qualquer risco e/ou dano à saúde humana, estes deverão ser aplicados, preferencialmente, no final do expediente da unidade, em horário noturno, finais de semana ou feriados, respeitando o tempo de dispersão do produto, para evitar risco de contaminações e/ou intoxicações.

5.5.4 - Inclui-se nas hipóteses acima de execução dos serviços em horários alternativos, a recomendação emanada de médico do quadro funcional ou a serviço do TRE/RJ, em virtude das propriedades e efeitos dos produtos utilizados.

5.6 – Comprovantes e Garantia dos Serviços:

5.6.1 - Todos os serviços prestados pela contratada, bem como suas reaplicações e reforços, terão garantia de seis (06) meses, contados da data de sua última aplicação ou monitoramento.

5.6.2 - Durante o período de garantia dos serviços a contratada estará obrigada a realizar assistência técnica corretiva, quando solicitada pela fiscalização do contrato, que consistirá em rever instalações, removendo todos os focos e indícios de infestação das pragas. Deverá ser realizada por técnico(s) especializado(s) da contratada e sem qualquer custo adicional para o TRE-RJ.

5.6.3 - A prestação do serviço em garantia deverá ser concluída no prazo máximo de cinco (05) dias úteis contados da data de cada solicitação.

5.6.4 - Os serviços de assistência técnica corretiva serão prestados com o fornecimento, pela contratada, de todo o material e mão-de-obra necessários para a execução do objeto da licitação.

5.6.5 - Completada a intervenção mensal nas unidades constantes do correspondente cronograma aprovado, a contratada deverá encaminhar ao fiscal do contrato, por e-mail, até o primeiro dia útil do mês posterior à execução dos serviços, as cópias dos "Comprovantes de Execução dos Serviços (CES)" devidamente assinados, nos quais deverão constar minimamente as seguintes informações, em conformidade com o disposto no Art. 19 da Resolução Anvisa RDC 622/2022:

5.6.5.1 - nome do cliente;

5.6.5.2 - endereço do imóvel;

5.6.5.3 - praga(s) alvo;

5.6.5.4 - data de execução dos serviços;

5.6.5.5 - prazo de assistência técnica, escrito por extenso, do serviço por praga alvo;

5.6.5.6 - grupo químico do produto eventualmente utilizado;

5.6.5.7 - nome e concentração do uso do produto eventualmente utilizado;

5.6.5.8 - nome do responsável técnico com o número de seu registro no Conselho profissional correspondente;

5.6.5.9 - número do telefone do Centro de Informação Toxicológica;

5.6.5.10 - identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade;

5.6.5.11 - orientações pertinentes ao serviço executado.

5.6.6 - A cada unidade imobiliária discriminada na coluna "Unidade Imobiliária" da tabela constante do subitem 5.3.1 corresponderá um comprovante de realização dos serviços, considerando que em diversos imóveis há duas ou mais unidades autônomas.

5.6.7 - A contratada deverá encaminhar à fiscalização, juntamente com os Comprovantes de Execução dos Serviços (CES), um Certificado de Garantia, no qual deverá constar a identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números da licença do INEA, seu prazo de validade, a validade da garantia do serviço e, em seu verso, deverão constar as condições básicas de higiene e orientações sobre a garantia do serviço.

5.6.8 - Após cada intervenção (preventiva ou corretiva) a contratada deverá apresentar recomendações por escrito para a fiscalização visando atenuar e/ou prevenir as causas de possíveis infestações que serão transmitidas aos usuários das unidades.

5.6.9 - Após a realização do serviço, a contratada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e número da licença do INEA, nos termos do art. 24 da Lei RJ nº.7806/2017.

VI - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “f”, da Lei 14.133/2021)

6.1 - Agentes que participarão da gestão e fiscalização do contrato:

6.1.1 - Gestores e Fiscais do Contrato:

6.1.1.1 - Gestor Titular do Contrato - Chefe da Seção de Administração de Edifícios (SEAEDI)

6.1.1.2 - Gestor Substituto do Contrato: Coordenador de Serviços Gerais (COSEG);

6.1.1.3 - Fiscal Titular do Contrato: Raquel Ribeiro Limeira da Silva (SEAEDI);

6.1.1.4 - Fiscal Substituto do Contrato: Carlos Henrique Pereira Barbosa (SEAEDI);

6.1.1.5 - Fiscal Técnico: Não haverá;

6.1.1.6 - Fiscal Administrativo: Não se aplica;

6.1.1.7 - Fiscais Auxiliares titulares: José Cláudio Laje Soido (COSEG - Nuad/CAJU) e Chefes titulares das Zonas Eleitorais.

6.1.1.8 - Fiscais auxiliares substitutos: Chefes substitutos das Zonas Eleitorais e, na sua eventual ausência, servidores lotados na Zona Eleitoral.

6.1.2 - Preposto:

6.1.2.1 - Após a assinatura do contrato, a contratada deverá indicar preposto, por meio de carta, informando seu nome completo, números de telefone, endereço e e-mail para contato, os quais servirão de meio de comunicação entre a contratante e a contratada. Os dados solicitados deverão ser enviados à Seção de Administração de Edifícios, para o e-mail “seaedi@tre-rj.jus.br”.

6.1.2.1.1 - O preposto deverá estar acessível ao contratante, por intermédio de telefones fixos e/ou celulares.

6.1.2.1.2 - Caso haja dificuldade na comunicação com o preposto, a contratada deverá nomear, imediatamente, novo preposto, apto a tomar todas as decisões necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.

6.1.2.2 - A contratada deverá informar previamente à fiscalização do contrato a necessidade de mudança das indicações contidas no subitem anterior, de forma a não haver interrupção na comunicação entre as partes. Em casos imprevisíveis, a comunicação deverá ser efetuada imediatamente após a constatação da ocorrência.

6.1.2.3 - O preposto não importará em ônus adicional ao TRE-RJ.

6.1.2.4 - O preposto deverá ter capacidade para gerenciamento administrativo e técnico visando agilizar os contatos com o representante da Administração durante a execução do contrato, emissão de relatórios e orçamentos que forem solicitados pelo contratante.

6.1.2.5 - Não é obrigatória a permanência do preposto no local da prestação do serviço, salvo quando demandado pela contratante.

6.1.2.6 - O preposto deverá comparecer às instalações da Contratante sempre que solicitado, em tempo hábil para tratar com o fiscal ou gestor do contrato, exclusivamente, de assuntos técnicos e administrativos referentes ao contrato.

6.1.2.7 - A contratante fixará o prazo para o comparecimento do preposto, quando solicitada a sua presença, o qual não será inferior a vinte e quatro (24) horas.

6.1.2.8 - O preposto da contratada deverá providenciar todas as documentações solicitadas pela fiscalização, relacionadas à comprovação do cumprimento das obrigações contratuais.

6.2 - Comunicação entre os agentes:

6.2.1 - Os meios de comunicação adotados serão telefone, e-mail, aplicativo de mensagens e contato presencial. As comunicações relevantes serão registradas e inseridas no processo de fiscalização. Os documentos necessários para instruir os pagamentos mensais deverão ser enviados, preferencialmente por e-mail e no formato PDF.

6.2.2 - Após a assinatura do contrato e para dar início à execução do ajuste, será promovida reunião inaugural entre os representantes da contratante e da contratada, devidamente registrada em Ata, para orientação e esclarecimento de eventuais dúvidas, sem prejuízo da realização de reuniões periódicas, visando à garantia da qualidade da execução do contrato e aos respectivos resultados esperados.

6.3 - Critérios e metodologia de fiscalização:

6.3.1 - Obrigações da Contratada:

6.3.1.2 - Implantar, de forma adequada, o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços.

6.3.1.3 - Alocar na prestação dos serviços profissionais devidamente habilitados, que deverão se apresentar nos locais de trabalho uniformizados, portando crachás de identificação, asseados, devendo atender com educação e presteza às solicitações da fiscalização e dos servidores lotados nos locais de execução do serviço, desde que compatíveis com o objeto da licitação.

6.3.1.4 - Manter a disciplina nos locais dos serviços, e responsabilizar-se pelo seu cumprimento, por parte de seus empregados, em conformidade com as normas disciplinares determinadas pela contratada.

6.3.1.5 - Substituir qualquer empregado cujo comportamento seja inconveniente ou insatisfatório ao bom andamento dos serviços, contrário ao interesse do serviço público, ou que embaraçar ou dificultar a fiscalização, no prazo máximo de 48 horas a contar da ciência do comportamento do prestador pela contratada.

6.3.1.6 - Todos os serviços que coloquem em risco o patrimônio do Tribunal deverão ser precedidos de proteção adequada, conforme cada caso específico. Caso necessário, a contratada deverá providenciar o remanejamento dos bens para local protegido indicado pela fiscalização e o seu retorno ao final dos serviços em cada área.

6.3.1.7 - Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução de contrato.

6.3.1.8 - Apresentar documentos que comprovem sua regularidade fiscal por ocasião do faturamento no decorrer do contrato ou em outras ações de obrigações contratuais, devendo apresentar ao TRE/RJ as certidões de regularidade com o INSS e o FGTS e demais certidões solicitadas.

6.3.1.9 - Devem ser observadas ainda as obrigações constantes no subitem 4.11.

6.3.2 - Competências dos Agentes da Administração

6.3.2.1 - As metodologias de gestão e fiscalização do contrato estão definidas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (Instrução Normativa da Presidência nº. 3 de 18/11/2021) que se encontra disponível no site do TRE-RJ.

6.3.2.2 - Durante a vigência deste contrato, a execução dos serviços será acompanhada, controlada, avaliada e fiscalizada por representantes da contratante.

6.3.2.3 - Não obstante a contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma se restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

6.3.2.4 - As decisões e providências que excederem a competência dos representantes serão solicitadas, por escrito, a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes

6.3.2.5 - Compete ao fiscal de execução do contrato:

6.3.2.5.1 - Proceder à abertura dos processos de fiscalização de execução contratual e de pagamento dos serviços, dando ciência ao gestor;

6.3.2.5.2 - Acompanhar e fiscalizar a execução contratual;

6.3.2.5.3 - Realizar a medição quantitativa dos serviços e encaminhar a respectiva planilha à contratada;

6.3.2.5.4 - Avaliar a qualidade dos serviços prestados, conforme IMR descritos no subitem 6.3.3 deste Termo de Referência, aplicando as glosas correspondentes no caso de falhas e encaminhar o resultado da apuração à contratada, juntamente com a planilha de medição dos serviços;

6.3.2.5.5 - Notificar a contratada sobre eventuais falhas na execução, fixando prazo para as respectivas correções;

6.3.2.5.6 - Decidir sobre pedido de reconsideração de apuração de IMR apresentado pela contratada;

6.3.2.5.7 - Emitir o documento de recebimento provisório dos serviços;

6.3.2.5.8 - Auxiliar o gestor do contrato conforme previsto no item 6.3.2.7.8.

6.3.2.6 - Compete ao fiscal auxiliar do contrato:

6.3.2.6.1 - auxiliar e representar no âmbito da respectiva unidade imobiliária, o fiscal de execução e o gestor no acompanhamento da execução contratual nos aspectos técnicos e administrativos, prestando todo o suporte e informações necessárias e reportando àqueles qualquer ocorrência ou fato relevante;

6.3.2.6.2 - observar mensalmente a publicação do Aviso SSG na intranet, contendo orientações e os cronogramas de execução dos serviços;

6.3.2.6.3 - franquear o acesso dos funcionários da contratada a todas as dependências (internas e externas) da unidade sob sua responsabilidade, nos dias agendados, informando-os acerca da efetiva ou provável presença de insetos, roedores e outras pragas,

acompanhando a execução dos serviços e exigindo a realização de ações efetivas de combate e controle;

6.3.2.6.4 - assinar o comprovante de execução dos serviços (CES) apresentado pela contratada, seja referente à aplicação obrigatória ou monitoramento, e manter afixada em local visível a via destinada à contratante;

6.3.2.6.5 - apresentar demandas específicas (desinsetização, desratização ou descupinização) à unidade SEAEDI, por meio do sistema CONSEG ou outro que eventualmente venha a substituí-lo.

6.3.2.7 - Compete ao gestor do contrato:

6.3.2.7.1 - Coordenar as atividades relacionadas à gestão e fiscalização do contrato;

6.3.2.7.2 - Propor prorrogação, alteração, instauração de procedimento de apuração de responsabilidade, extinção dos contratos, dentre outros;

6.3.2.7.3 - Verificar a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, emitindo as respectivas certidões;

6.3.2.7.4 - Emitir o documento de recebimento definitivo dos serviços;

6.3.2.7.5 - Solicitar à contratada a emissão das notas fiscais;

6.3.2.7.6 - Atestar a nota fiscal;

6.3.2.7.7 - Apreçar recurso interposto pela contratada quanto à medição ou à decisão da fiscalização de aplicação de glosa;

6.3.2.7.8 - O gestor contará com o auxílio do fiscal de execução para o desempenho de suas funções, especialmente em relação às previstas nos subitens 6.3.2.6.3, 6.3.2.6.4 e 6.3.2.6.5.

6.3.3 - Instrumentos para medição dos resultados e aferição da qualidade dos serviços:

6.3.3.1 - Entende-se como INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR o ajuste escrito entre a contratada e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, elaborado com o objetivo de garantir a prestação do serviço em elevados níveis de qualidade, não se confundindo com aplicação de penalidade.

6.3.3.2 - Trata-se, portanto, de procedimento destinado a alinhar o valor do contrato à qualidade do serviço prestado.

6.3.3.3 - Sua implementação será realizada mediante a definição de situações que caracterizem os níveis de qualidade pactuados para o serviço, e atribuição de respectivos descontos sob a fatura (glosas) na hipótese dos serviços não serem prestados conforme a qualidade pactuada.

6.3.3.4 - Para a presente contratação, o nível de qualidade dos serviços prestados será medido em função dos elementos descritos na tabela a seguir:

Nº	INDICADOR	PRAZO MÁXIMO
1	Realização do serviço dentro do prazo de execução (cumprimento dos cronogramas mensais)	Último dia útil do mês de referência

6.3.3.5 - Para manter os níveis de qualidade, disponibilidade e desempenho adequados dos serviços contratados, a contratada deverá considerar as metas descritas a seguir:

INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DE ATENDIMENTO			
NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	META EXIGIDA	GLOSA
Índice de pontualidade no atendimento	= (Total de atendimentos feitos com pontualidade / total de atendimentos realizados em cada pedido faturado) x 100	= 100%	2,5%

6.3.3.6 - O descumprimento dos indicadores implicará na aplicação de glosa sobre a respectiva fatura dos serviços, conforme discriminado na tabela acima, de forma a promover a remuneração proporcional à qualidade do serviço prestado.

6.3.3.7 - A fiscalização do contrato realizará a aferição e avaliação dos indicadores de disponibilidade de serviço, informando sobre eventuais valores a serem glosados na ocasião do encaminhamento da nota fiscal.

6.3.3.8 - Qualquer indicador que tenha sido comprovadamente influenciado negativamente por problemas causados pelo contratante ou por evento associado a caso fortuito ou força maior não ensejará ajustes no pagamento.

6.3.3.9 - As medições dos indicadores serão realizadas imediatamente após o final de cada mês de competência de prestação de serviço.

6.3.3.10 - Pelo descumprimento das metas exigidas na tabela de indicadores serão aplicados os percentuais de glosa, discriminados na última coluna, ao valor total da nota fiscal de prestação de serviços.

6.3.3.11 - O descumprimento da meta prevista nos indicadores somente será apurado observados os limites a seguir descritos, após o que o fato será apurado como infração contratual:

ITEM	INDICADOR	LIMITE
1	Índice de pontualidade no atendimento	Um (01) dia útil de atraso
2	Índice de pontualidade no atendimento	Mais de duas (02) ocorrências de atrasos no mesmo mês de execução, em localidades distintas.

6.3.3.12 - Poderão ser aplicadas glosas cumulativas se houver o descumprimento de mais de uma meta da tabela de indicadores.

6.3.3.13 - A contar da ciência de eventual descumprimento de indicadores, a empresa poderá apresentar pedido de reconsideração no prazo de cinco (05) dias, o qual será analisado pela fiscalização do contrato, e, em sendo deferido, será realizado, simultaneamente ao pagamento da fatura subsequente, o pagamento complementar referente ao valor glosado.

6.3.3.14 - O ressarcimento da referida glosa contestada ocorrerá conforme a decisão final da Administração sobre a validade ou não da mesma.

6.3.3.15 - A aplicação das glosas não impede o desconto dos valores relativos às parcelas não executadas dos serviços, nem impede a aplicação das penalidades previstas legal e contratualmente.

6.4 - Das situações passíveis de aplicação de multa:

6.4.1 As situações que ensejam aplicação de multa estão descritas nos subitens 6.4.2 e 6.4.3, aos quais corresponderão valores de multa em percentuais do valor mensal do contrato, conforme tabela abaixo:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA (% sobre o valor mensal do contrato)
1	0,5 a 2 %
2	3 a 5 %
3	6 a 10 %
4	20,00%
5	30,00%

6.4.2 - São situações passíveis de aplicação de multas por inexecução total ou parcial do objeto do contrato ou pelo descumprimento de obrigações contratuais:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado sem uniforme, crachá e/ou mal apresentado.	1	por empregado e por ocorrência.
2	Recusar-se a executar serviço contratado, sem motivo justificado.	3	por ocorrência.
3	Deixar de promover a correção dos serviços.	2	por ocorrência.
4	Destruir ou danificar propriedade do TRE-RJ por culpa ou dolo de seus agentes. Obs: A eventual aplicação da multa não isentará a contratada da reparação dos danos/prejuízos causados.	3	por ocorrência.
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o atendimento agendado, sem justificativa.	3	por ocorrência.
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais nas dependências da contratante.	5	por ocorrência.

6.4.3 - São situações passíveis de aplicação de multas moratórias por atraso na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Atraso na execução dos serviços, uma vez ultrapassado o limite previsto para item análogo do IMR (Índice de pontualidade no atendimento).	3	por imóvel (localidade) e por dia.

VII - CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO DOS RESULTADOS E AFERIÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “g”, da Lei 14.133/2021)

7.1 - Medição e recebimento provisório dos serviços:

7.1.1 - A medição será realizada sempre com periodicidade mensal, iniciando-se um novo ciclo a cada novo mês, a partir do recebimento dos comprovantes de realização dos serviços nas unidades imobiliárias, referentes ao mês anterior. Na análise da medição dos serviços serão observadas as disposições referentes aos Instrumentos para medição dos resultados (IMR) e aferição da qualidade dos serviços consignadas no subitem 6.3.3.

7.1.1.2 - A medição refletirá exatamente a execução demonstrada por meio dos comprovantes de realização dos serviços recebidos da contratada.

7.1.2 - No prazo de até 2 dias úteis após o recebimento dos comprovantes e se neles não houver nenhuma irregularidade, a fiscalização do contrato enviará à contratada a planilha de medição de serviços para análise e concordância, acompanhada do Instrumento de Medição de Resultados e, sempre que possível, das respectivas provas de falhas na prestação do serviço, se houver.

7.1.3 - A contratada deverá se manifestar, no prazo de até 2 dias úteis após o recebimento da planilha de medição de serviços e do IMR, se está de acordo com o resultado da medição ou apresentar contestação ao fiscal do contrato.

7.1.4 - O fiscal deverá se manifestar sobre eventual contestação, em até 2 dias úteis. Se o fiscal do contrato não reconsiderar o resultado da medição e do IMR, a contratada poderá recorrer da decisão ao gestor do contrato, em até 2 dias úteis.

7.1.5 - No prazo de até 2 dias úteis após a manifestação da contratada pela concordância ou apresentação de recurso ao gestor do contrato, o fiscal da execução receberá provisoriamente os serviços e submeterá o processo ao gestor do contrato.

7.2 - Recebimento definitivo dos serviços:

7.2.1 - No prazo de até 3 dias úteis, a partir do recebimento provisório emitido pelo fiscal de execução, o gestor do contrato procederá à análise do relatório de recebimento provisório e efetuará o recebimento definitivo do serviço prestado.

7.2.2 - Após a emissão do recebimento definitivo, o gestor deverá solicitar a emissão da nota fiscal pela contratada e, no prazo de até 1 dia útil após seu recebimento, atestá-la e encaminhar o processo para pagamento.

7.2.3 - A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com o valor indicado pelo gestor do contrato, após o recebimento definitivo do serviço, e deverá conter obrigatoriamente:

7.2.3.1 - Razão social e CNPJ do TRE/RJ (Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro - CNPJ 06.170.0001/05);

7.2.3.2 - Data de emissão;

7.2.3.3 - O período de referência e a descrição do serviço prestado;

7.2.3.4 - O número do contrato;

7.2.3.5 - O valor bruto e os tributos aplicáveis.

7.2.4 - A contratada deverá apresentar a nota fiscal à contratante no prazo de 2 dias úteis após a solicitação de sua emissão por parte da contratante.

7.2.5 - O atesto da nota fiscal encerra a fase de liquidação da despesa.

7.3 - Prazo para pagamento:

7.3.1 - O pagamento será realizado, mediante ordem bancária creditada em conta corrente, no prazo de 5 dias úteis, após o atesto da nota fiscal.

7.4 - Interrupção e prorrogação dos prazos:

7.4.1 - Os prazos serão interrompidos sempre que se faça necessário para a solução de pendências na execução do objeto, identificadas em qualquer etapa da liquidação da despesa ou o saneamento da inconsistência do documento fiscal apresentado pela contratada.

7.4.2 - O prazo de qualquer etapa da liquidação de despesa poderá ser prorrogado justificadamente, sempre que se faça necessária a realização de diligências para a comprovação do cumprimento de obrigações contratuais.

VIII - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “h”, da Lei 14.133/2021)

8.1 - Modalidade da licitação:

8.1.1 - Será adotada a modalidade “pregão eletrônico”, sem a utilização de procedimento auxiliar.

8.1.2 - A adjudicação do objeto será global

8.2 - Critérios de seleção do fornecedor:

8.2.1 - Será utilizado o critério do "menor preço".

8.2.2 - Não será admitido consórcio, nos termos do artigo 6º da Portaria GP TRE-RJ nº. 18/2023.

8.2.3 - As condições e exigências de habilitação técnica estão descritas no subitem 4.8.

8.3 - Propostas e Valores:

8.3.1 - Os licitantes deverão ofertar valores em reais, para o Item Único, o qual contemplará os serviços de Monitoramento e Aplicação nos imóveis de uso da Justiça Eleitoral localizados nas Regiões Norte e Centro/Norte, e será resultante da seguinte multiplicação:

[24 (meses)] X [área total máxima do item] X [valor unitário por m²].

8.3.2 - O valor ofertado deverá contabilizar todos os custos relativos aos dois tipos de ações previstas no presente documento (monitoramento e aplicação), tais como mão de obra, insumos, materiais, equipamentos, ferramentas, deslocamento/transporte etc, observada a descrição e o modelo de execução descritos respectivamente no itens III e V e seus subitens.

8.3.3 - O valor unitário mensal ofertado para cada item será idêntico para todos os meses da prestação do serviço e para todos os imóveis e localidades que o compõem, conforme subitem 5.4.8.

8.3.4 - Proposta padrão:

ITEM ÚNICO – REGIÕES NORTE E CENTRO/NORTE
--

SERVIÇOS /AÇÕES	PERIODICIDADE	QUANTIDADE (A)	UNIDADE	ÁREA TOTAL MÁXIMA ESTIMADA (m²) (B)	VALOR UNITÁRIO DO m² (C)	VALOR TOTAL MÁXIMO (A) X (B) X (C)
Desinsetização, Desratização e Descupinização (Monitoramento e Aplicação) conforme itens III e V	Mensal	24 (vinte e quatro) meses	m² (metro quadrado)	5.927 (cinco mil, novecentos e vinte e sete)	R\$	R\$

IX - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “i” e “j”, da Lei 14.133/2021)

9.1 - **Unidade Gestora Responsável:** Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais.

9.2 - **Ação Orçamentária:** Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral.

9.2.1 - Despesa Agregada: Limpeza e Conservação.

9.2.2 - Natureza da despesa: 33.90.39.78 - Serviço de Desinsetização e Descupinização.

9.3 - **Código do Item Orçamentário:** SSG 033.

9.4 - **CATSER:** 3417.

9.5 - **Valor estimado da despesa:** O valor estimado da despesa constará no Anexo II do Edital.

X - DECLARAÇÃO SOBRE SIGILO DO ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

Não foi verificada a necessidade de restrição de acesso ao orçamento da contratação.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026.

DENISE AZEVEDO BORGES ANDRADE
CHEFE DA SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS



Documento assinado eletronicamente em 29/05/2026, às 15:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RAQUEL RIBEIRO LIMEIRA DA SILVA
TÉCNICO JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 29/05/2026, às 15:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5031779** e o código CRC **FCCF049F**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.
